



EMPRESARIADO E DITADURA NO BRASIL: O ESTADO ATUAL DA QUESTÃO E O CASO DOS EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

Pedro Henrique Pedreira Campos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
phpcampos@yahoo.com.br

Resumo:

Este artigo pretende analisar a atuação do empresariado brasileiro em meio à ditadura civil-militar imposta no país com o golpe de Estado de 1964. Problematizando o conteúdo social do regime e os agentes que apoiaram e se beneficiaram do mesmo, o texto aborda o estado atual das discussões sobre empresários e ditaduras em outros países e, depois, a produção sobre o tema no Brasil, colocando em questão em particular o tema da reparação e do envolvimento das empresas nesse processo. Por fim, aborda o caso específico dos empreiteiros de obras públicas, empresários que dedicaram intenso suporte ao golpe de 1964 e ao regime e foram intensamente recompensados pelo autoritarismo e políticas estatais implementadas durante a ditadura brasileira.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira (1964-1988); empresariado; empreiteiros de obras públicas; historiografia

Abstract:

This article intends to analyze the performance of Brazilian businessmen in the civil-military dictatorship imposed in the country with the 1964 coup. By problematizing the social content of the regime and the agents who supported and benefited from it, the text addresses the current state of the discussions on entrepreneurs and dictatorships in other countries, and then the production on the subject in Brazil, putting in particular the issue of reparation and the involvement of companies in this process. Finally, it addresses the specific case of public works contractors, entrepreneurs who dedicated intense support to the 1964 coup and to the regime and were intensely rewarded by the authoritarianism and state policies implemented during the Brazilian dictatorship.

Keywords: civil-military dictatorship (1964-1988); businessmen; public works contractors; historiography

No ano de 2017 tivemos o avanço no processo judicial contra a Volkswagen do Brasil por sua cooperação com as ações de repressão da ditadura civil-militar brasileira. A partir da ação do Ministério Público Federal, a montadora reconheceu a colaboração com a ditadura e contratou um historiador para realizar um relatório sobre o assunto. Foi feito um documentário sobre o tema e vem ocorrendo uma intensa mobilização de ex-operários, sindicalistas e pesquisadores exigindo a reparação às vítimas que sofreram com a prisão, tortura e outros crimes procedidos no período da ditadura com o apoio e até nas próprias dependências da fábrica da Volkswagen, em São Bernardo do Campo (EL PAÍS, 2017).

O caso suscita a questão da interface do empresariado com o regime civil-militar inaugurado pelo golpe de Estado de 1964. Ademais do caso da Volkswagen, há evidências da ação de várias empresas em apoio ao sistema repressivo da ditadura. Além disso, a atuação empresarial durante o período não se restringiu exclusivamente ao apoio, verificado em iniciativas como a Operação Bandeirantes, mas também no favorecimento aos empresários de forma direcionada ou mediante as políticas estatais e o autoritarismo do regime, do qual as empresas eram muitas vezes beneficiárias. Sendo assim, diversos estudos sobre a temática do empresariado e sua relação com a ditadura têm sido realizados e estão em desenvolvimento no período recente, impulsionados pelo ambiente das comissões da verdade, pelos seminários e grupos de estudo que se dedicam à questão.

Dessa forma, este artigo pretende explorar esse problema e, para isso, divide-se em três partes. Na primeira, pretende apontar para a questão dos estudos sobre empresariado, ditaduras e reparação desenvolvidos fora do Brasil, indicando países nos quais foram feitos estudos mais ou menos avançados, com ênfase nos casos das ditaduras vigentes na região do Cone Sul. Em seguida, pretendemos abordar como se configura atualmente o estado da arte da questão no Brasil, ou melhor, quais foram os principais estudos feitos e quais são os em desenvolvimento na academia brasileira sobre essa temática. Por fim, na terceira e última parte do artigo, faremos brevemente um estudo de caso sobre a atuação dos empreiteiros de obras públicas durante a ditadura civil-militar brasileira, problematizando a forma como esses agentes se posicionaram em meio ao golpe de 1964, o apoio conferido ao regime e as formas de favorecimento, através do autoritarismo e das políticas estatais implementadas no período.

Ao final, fazemos um balanço sobre o tema, problematizando as lacunas e as carências de pesquisa que dispomos, assinalando também para os possíveis caminhos abertos para a pesquisa e a questão da reparação no que diz respeito à interface do empresariado com a ditadura brasileira.

Estudos sobre empresários e ditaduras no Cone Sul:

A ditadura brasileira não foi um caso excepcional em sua região e no período que foi imposta. Pelo contrário, compôs um contexto de derrubada de governos em geral democráticos, com suporte político e econômico das potências centrais - sobretudo os Estados Unidos -, lastreado no discurso anticomunista, típico do período da Guerra Fria. Assim, vários foram os regimes autoritários no mundo e particularmente na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Nessa região, a ação anticomunista ganhou fôlego, geralmente com participação das forças armadas, após o êxito da Revolução Cubana e com a adoção nesse país do regime socialista, aliado à União Soviética. Esses golpes deram origem a regimes ditatoriais que implementaram práticas de terrorismo de Estado, em nome das causas anticomunistas¹.

Como no Brasil, os golpes que puseram fim aos regimes democráticos na região também tiveram a presença não-exclusiva de agentes militares. Houve participação de diversos segmentos sociais na derrubada de governos e nos próprios regimes inaugurados por esses golpes, sobretudo de empresários. Assim, não constitui uma peculiaridade brasileira a intensa presença dos empresários no pacto político vigente na ditadura. Isso suscitou o debate sobre as formas de apoio desse empresariado a esses governos, sua participação na derrubada da democracia, formas de colaboração com a política de terrorismo de Estado e favorecimento individual ou via políticas públicas em direção a esses agentes durante o período.

Pesquisas sobre o tema e ações de reparação têm sido feitas em diversos países, apontando-se para a participação do capital multinacional estrangeiro, associado e doméstico no regime. Assim, por exemplo, o livro de Peter Winn problematiza os beneficiários das políticas neoliberais implementadas pioneiramente pela ditadura de Pinochet no Chile a partir do golpe de Estado de 1973, que pôs fim ao regime democrático no país e derrubou o governo da Unidade Popular, liderado

¹ Sobre isso, ver Padrós *et al.*, 2006.

por Salvador Allende. O autor problematiza as novas políticas implementadas pelo governo de liderança militar e as vítimas no seio da classe trabalhadora, que sofreram com a política regressiva e sindical da ditadura chilena. Diversos autores contribuíram com o livro organizado pelo autor, abordando aspectos diversos do regime econômico do governo Pinochet (WINN, 2002).

Outro caso relevante é a obra coordenada pelo pesquisador Juan Pablo Bohoslavsky sobre os "cúmplices econômicos" da ditadura uruguaia. O livro é recente e traz uma série de artigos sobre o terrorismo de Estado no país e a participação de empresários no regime inaugurado pelo golpe de Estado de 1973. Com 13 capítulos, a coletânea trata de questões como reparação, política econômica, apoio das câmaras empresariais, sindicalismo e trabalhadores e o suporte dos meios de comunicação ao regime de exceção no país (BOHOSLAVSKY, 2016).

Apesar dos estudos nesse e em outros países da América Latina, e em particular no Cone Sul, o país no qual mais avanços houve sobre a temática na região foi a Argentina. Nesse caso, há um conjunto permanente e numeroso de pesquisadores mobilizados em torno da questão. Diante de uma ditadura altamente violenta e autoritária e com movimentos sociais bastante organizados em torno de questões que dizem respeito ao regime ditatorial inaugurado com o golpe de 1976, os argentinos desenvolveram mais do que em outros países uma série de estudos, pesquisas e reflexões em torno da questão da reparação no que concerne à cooperação empresarial com o regime de exceção. Talvez o principal resultado disso esteja expresso na obra coletiva *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*, organizado por Horacio Verbitsky e Juan Pablo Bohoslavsky. O livro foi publicado em 2013 e traz um conjunto numeroso de capítulos de diferentes especialistas que já desenvolveram longas e profícuas pesquisas sobre temáticas diversas, como: a política econômica do regime, a prática do terrorismo de Estado na ditadura argentina, a desindustrialização da economia argentina, a cumplicidade das empresas e as questões jurídicas e de reparação que o tema suscita, a atuação junto aos sindicatos e movimentos de trabalhadores, a apropriação ilegal de recursos por parte das empresas e estudos de caso específicos sobre desaparecimento a pedido das empresas, como os da Mercedes-Benz, da Techint e outros. Vê-se que se trata de uma obra que traz um conjunto de trabalhos e pesquisas bastante amadurecidos, mais do que no Brasil e em outros países da região. Além de todo um conjunto de estudos e

investigações já realizadas, os autores do livro finalizam a obra com a proposição de uma agenda de trabalho a ser tocada em relação a esse assunto (VERBITSKY; BOHOSLAVSKY, 2013). Nessa linha, assim escreveram os organizadores:

Identificar y exponer el verdadero y específico papel desempeñado por los actores económicos es un desafío que excede lo jurídico. Interpela la noción estática y monolítica de Estado en procura de captar las interrelaciones e interdependencias tejidas entre lo público y lo privado durante el período autoritario, de manera que el significado de la expresión “terrorismo de Estado” refleje adecuadamente esa trama público-privada. (VERBITSKY; BOHOSLAVSKY: 2013, p. 17)

Assim, o livro se propõe uma tarefa de repensar o Estado ditatorial argentino a partir da problematização da sua composição social, atentando por exemplo para a participação empresarial em agências e órgãos estatais e também no processo decisório acerca de questões que dizem respeito à política econômica e às próprias medidas típicas do autoritarismo e terrorismo de Estado.

A questão da reparação envolvendo a cooperação de empresas com regimes de exceção não se restringe ao contexto das ditaduras latino-americanas no contexto da Guerra Fria. Pelo contrário, o problema foi tratado em vários sistemas autoritários que estiveram em vigor no século XX. Dessa forma, existiu toda uma experiência bastante particular praticada na África do Sul democrática em relação ao regime de segregação racial que vigorou no país em boa parte do século². Porém, talvez, o caso que tenha sido um grande marco na história sobre o assunto é o do regime nazista e das empresas que atuaram na Alemanha nas décadas de 1930 e 1940. Acerca desse caso foram feitos vários estudos, pesquisas e ações judiciais de modo a reparar os danos causados por essas empresas com a ditadura do III Reich. Uma situação bastante notória é a da colaboração da empresa norte-americana IBM com a Alemanha nazista:

A IBM da Alemanha, conhecida naqueles dias como Deutsche Hollerith Maschinen Gesellschaft, ou Dehomag, não se limitava a vender as máquinas ao Reich, afastando-se em seguida. A subsidiária da IBM, com o conhecimento da sede, em Nova York, personalizou com entusiasmo os complexos dispositivos e especializou as aplicações, como projeto oficial de toda a corporação. A alta administração da Dehomag era composta de nazistas ostensivamente fanáticos que foram presos depois da guerra pela filiação ao partido. A IBM de Nova York sempre compreendeu - desde o início, em 1933 - que estava cortejando o escalão superior do Partido Nazista e com ele fazendo negócios. A empresa tirou proveito de suas conexões com

² Sobre isso, ver Pinto, 2007.

o Partido Nazista para ampliar continuamente suas relações de negócios com o Reich de Hitler, não só na Alemanha como em toda a Europa sob o jugo nazista. (BLACK, 2001: p. 3)

O caso da IBM é bastante emblemático tendo em vista que a empresa chegou a atuar em campos de concentração e esteve presente em atividades administrativas no Holocausto. A empresa sofreu com protestos e teve de prestar explicações públicas acerca de sua colaboração com a política de perseguição às minorias promovida pelo nazismo.

Porém, não só na Alemanha houve casos de empresas que sofreram ações de reparação no período do nazismo. Talvez a ação mais vigorosa nesse sentido tenha sido tomada na França:

Conservador em termos políticos, amigo do Marechal Pétain, Louis Renault deve, sem dúvida, ter colaborado com o governo de Vichy espontaneamente, principalmente porque seu principal parceiro, François Lehideux, tinha um compromisso com o novo regime, e a saúde de Renault começava a se deteriorar. Independentemente de tais preferências, contudo, nenhum grande fabricante de automóveis ou de caminhões poderia recusar-se a acatar os planos e programas do governo francês, sobretudo em época de guerra.

Se a empresa foi também compelida a trabalhar e vender para o regime nazista alemão, isso é outra história. De toda maneira, quando a guerra acabou e os aliados saíram vencedores, o governo da Liberação, em sua busca do que definiu como atos de traição, confiscou a fábrica de automóveis Renault, prendeu Louis e ressuscitou a empresa como empresa nacional (*régie*). (LANDES, 2007 [2006]: p. 174-175)

O caso parece se destacar em meio aos demais, tendo em vista que o governo francês resolveu estatizar uma grande empresa por sua cooperação com o regime colaboracionista francês e também com a Alemanha nazista. A fábrica automotiva francesa chegou a fabricar equipamentos e máquinas usados no esforço de guerra alemão. A nacionalização da Renault em 1945 é ao mesmo tempo um caso extremo de reparação pela atuação da empresa e um exemplo interessante a ser pensado e cogitado em meio a denúncias de colaboração de companhias com regimes ditatoriais, além de práticas de uso irregular de recursos públicos e outros delitos.

Vejamos agora como se encontra atualmente o estado da arte dos estudos sobre empresas e ditaduras no Brasil.

Pesquisas sobre empresariado e ditadura no Brasil:

Apesar de as pesquisas versando sobre a atuação empresarial em meio à ditadura civil-militar brasileira terem avançado intensamente no período recente, os primeiros estudos sobre o assunto são antigos e datam do próprio período de vigência do regime.

Nesse sentido, a obra fundamental e o estudo que virou uma referência nesse campo é a tese de doutorado de René Armand Dreifuss, defendida na universidade de Glasgow em 1980. Publicado no ano seguinte no Brasil, *1964: a conquista do Estado*, versa sobre a atuação de agentes civis associados a militares na derrubada do regime democrático com o golpe de 1964. A partir da análise dos documentos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), encontrados por Dreifuss no Arquivo Nacional, foi feito um estudo extremamente criterioso sobre a dinâmica das classes sociais no âmbito da sociedade civil no país no início dos anos 1960, com a indicação da ação do Ipes, associado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), para desestabilizar o governo Goulart, articular a ação civil-militar e elaborar propostas de políticas estatais que vieram a ser aplicadas após a tomada do poder. O livro de Dreifuss traça um estudo que parece altamente cuidadoso sobre o golpe de 1964 e os grupos sociais envolvidos no processo, em particular os empresários associados ao Ipes, constituídos sobretudo de uma fração associada ao capital internacional (DREIFUSS, 1981).

Também datados do período da transição política, há os estudos pioneiros no âmbito da Sociologia e da Ciência Política conduzidos no período, em especial, por Sebastião Velasco e Cruz e Renato Raul Boschi. O primeiro fez um criterioso estudo sobre a atuação do empresariado no governo Geisel, problematizando a campanha "contra a estatização da economia", realizada entre 1974 e 1977 (CRUZ, 1995). Já Boschi estudou os empresários do segmento industrial também nos anos 70, problematizando a sua relação com o Estado e ação política desses agentes (BOSCHI, 1978).

Na esteira dos estudos situados no campo das Ciências Sociais, foi defendida uma tese muito impactante e inovadora no México em 1986. De autoria de Ary Cesar Minella, *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*, foi publicada como livro em 1988 e trata da fração de classe do empresariado bancário e financeiro, com ênfase em sua associação no período da ditadura civil-militar. O livro constitui uma contribuição extremamente importante sobre uma fração do empresariado brasileiro

naquele período (MINELLA, 1988). Influenciados pelas pesquisas de Minella, uma série de estudos foram feitos no grupo de pesquisa por ele coordenado, na UFSC.

Porém, após os anos 1980, seguiu-se um período de relativo silêncio sobre a questão. Foram poucas as pesquisas desenvolvidas sobre a temática nas duas décadas seguintes. Os grupos e pesquisadores que se dedicavam ao tema do empresariado atualizaram seus estudos, problematizando a atuação desses agentes em meio ao contexto neoliberal e não avançaram mais nos estudos sobre a atuação desses agentes durante a ditadura.

No entanto, no início do século XXI, e de maneira mais demarcada na sua segunda década, diversos estudos têm sido realizados sobre o assunto, agora não mais por sociólogos e cientistas políticas, mas predominantemente por historiadores. Os diversos seminários organizados sobre os 40 e 50 anos do golpe de 1964 e do AI-5, além da atuação das comissões da verdade - em nível municipal, estadual, nacional, empresarial, por segmento social, sindicato, universidade etc. -, têm concebido um terreno fértil de uma nova leva de estudos sobre a ditadura em diversas dimensões, inclusive nos estudos sobre o empresariado. Alguns relatórios dessas comissões reservaram espaços significativos sobre a atuação do empresariado durante a ditadura. Particularmente no relatório da Comissão Nacional da Verdade, um dos volumes se dedicou à temática da repressão aos trabalhadores e à cooperação dos empresários com o regime, com destaque para o texto escrito por Demian Bezerra de Melo, "Os civis que colaboraram com a ditadura" (2014). Nesse trecho do relatório, o autor desenvolve uma síntese sobre os estudos que abordam a dinâmica das classes sociais com o regime instaurado em 1964, reservando importante ênfase sobre o papel da classe dominante no processo de condução da ditadura, bem como indicando esse grupo como um importante beneficiário do sistema autoritário.

Assim, uma série de pesquisas foram e vem sendo feitas nesse período, abordando setorialmente frações do empresariado brasileiro. Assim, Rafael Moraes e Felipe Loureiro (2017) estudaram e vêm trabalhando as organizações do empresariado paulista durante o regime. Moraes defendeu uma dissertação de mestrado em 2010 sobre a atuação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) durante os governos João Goulart (1961-1964) e Castello Branco (1964-1967), publicando em seguida um artigo sobre o tema (MORAES, 2016). De forma similar, Felipe Pereira Loureiro, que tem pesquisas consolidadas sobre a atuação do

empresariado no início dos anos 1960, vem se dedicando ao estudo da atuação dos empresários paulistas no governo Castelo, problematizando a crítica desses ao Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg).

Sobre o empresariado rural, foram desenvolvidas profícuas pesquisas por Sonia Regina de Mendonça ou sob sua orientação, abarcando inclusive o período da ditadura, no qual, conforme indica a autora, houve uma recomposição da classe dominante agrária brasileira e sua reordenação nos aparelhos privados de hegemonia alocados na sociedade civil. Mendonça analisa nas suas pesquisas como o processo de modernização do campo gerou toda uma intensificação do uso de maquinário, em paralelo ao processo de expansão da economia capitalista rural para novas fronteiras, como a Amazônia. A autora destaca também o processo de concentração da renda da terra no período, com a expulsão de pequenos proprietários do setor rural, e as inversões de grandes grupos capitalistas brasileiros e internacionais em negócios envolvendo o campo durante a vigência da ditadura (MENDONÇA, 2006).

Além da obra de Dreifuss, Outros estudos foram feitos também sobre o empresariado do Ipes. Denise Assis analisou os filmes produzidos pelo instituto, que eram veiculados durante o período Goulart, em meio à campanha para desestabilização do seu governo (ASSIS, 2001). Hernán Ramírez também problematizou a ação do órgão, comparando o seu *modus operandi* com organizações similares existentes na Argentina, como a *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas* (Fiel), fundada em 1964. O autor tem avançado em um aspecto interessante, qual seja, o do estabelecimento de paralelos, anotando semelhanças e diferenças entre os processos de golpe, ação empresarial e das ditaduras no Cone Sul (RAMÍREZ, 2007).

O empresariado estrangeiro e associado ao capital internacional tem merecido também uma série de estudos e pesquisas de fôlego. A tese de doutorado de Martina Spohr problematizou a atuação desses agentes em meio à implementação da Aliança para o Progresso, antes e depois do golpe de 1964. Vasculhando arquivos norte-americanos, a pesquisadora encontrou um volumoso material que se refere à filiação do capital brasileiro ao internacional e avançou no sentido de descortinar a ação do capital associado e sua ação no golpe de Estado (SPOHR, 2016).

Sobre essa mesma temática, há uma série de pesquisas relevantes atualmente em desenvolvimento. É o caso da tese de doutorado de Rejane Hoeweler sobre a

articulação do empresariado brasileiro com o internacional através do organismo do *Council of the Americas* (Conselho das Américas). Trata-se de uma entidade internacional que reunia alguns empresários brasileiros e outros da América Latina ao capital norte-americano e que foi firmado em 1965. Da parte norte-americana, havia a presença de empresários com interesse na região latino-americana, como os Rockefeller. Já Ana Carolina Reginatto problematiza a atuação das empresas de mineração ao longo da ditadura. Trata-se de um nicho de intensa atuação do capital transnacional e que também se caracteriza pela aproximação de empresários brasileiros com o capital estrangeiro. Por fim, Elaine Bortone analisa o capital da indústria química e farmacêutica, outro segmento de atuação predominante de empresas estrangeiras e de interface entre o empresariado brasileiro e o capital externo.

As empresas do ramo de comunicação mereceram uma série de estudos de autores do campo da História e da Comunicação. Merece destaque a tese de doutorado defendida pelo historiador João Braga Arêas sobre o grupo Marinho, que cresceu de forma exponencial durante a ditadura, com o apoio do regime, principalmente no ramo da televisão. O livro se dedica a analisar a história do jornal O Globo e reserva uma atenção especial à sua atuação durante o período da ditadura civil-militar (ARÊAS, 2015).

Há também o caso dos empresários que colaboraram com a política de terrorismo de Estado. Acerca desses merece menção a pesquisa de mestrado em História desenvolvida pelo jornalista Jorge José de Melo, que se dedicou a analisar a trajetória do diretor da Ultragás Henning Boilesen. Trata-se de um empresário que cooperou com a Operação Bandeirantes e, por isso, foi "justificado" pelos integrantes do movimento de resistência armada à ditadura (MELO, 2012). A pesquisa de Melo deu origem também ao filme *Cidadão Boilesen*, dirigido por Chaim Litewsky e lançado em 2009.

O historiador Renato Lemos tem se dedicado nos últimos anos a estudar o empresariado associado ao projeto do complexo industrial-militar brasileiro durante a ditadura. Esses são alguns empresários do ramo industrial que se empenharam na constituição de uma indústria bélica brasileira durante os anos 1960 e 1970. Trata-se de um caso de agentes com intensa penetração e atuação junto ao aparelho de Estado e, particularmente, muita proximidade com os militares (LEMOS, 2018).

Os empresários da indústria da construção civil urbana, que atuavam no mercado imobiliário, ganharam a atenção da pesquisa de Marco Pestana e Juliana Oachim, ainda em desenvolvimento. Ambos fazem suas teses de doutorado em História na UFF problematizando a atuação empresarial, a política de remoção de favelas da ditadura e a situação dos moradores dessas comunidades ao longo do regime, atentando para suas formas de organização e luta no período. Pestana tem notado um grande favorecimento do empresariado que atua nas incorporadoras e construtoras no período por meio da política urbana implementada, que abria novas zonas de atuação para empreendimentos imobiliários.

Os empresários articulados às empresas estatais mereceram estudos específicos, como a pesquisa de Bernardo Poças, que se dedica a analisar as empresas que atuavam junto com a Petrobrás no setor de petroquímica ao longo da ditadura. Trata-se de um estudo original sobre a política do modelo tripartite, que abrangia o capital nacional, internacional e estatal na conformação do parque petroquímico brasileiro naquele período (POÇAS, 2013). Associado a esse tema, Flávia Silva e Júlio Carvalho desenvolveram estudos propedêuticos sobre a internacionalização da Petrobrás e a articulação da estatal brasileira de petróleo a empresas privadas, que foram favorecidas com as incursões da petroleira nacional no exterior (SILVA, 2014; CARVALHO, 2018).

Por fim, o caso da reparação envolvendo a empresa Volkswagen do Brasil vem merecendo a pesquisa de Marcelo Almeida de Carvalho Silva. Trata-se de um estudo de doutorado na área de Administração de Empresas. O autor problematiza o processo de ética nas empresas e analisa o caso da reparação judicial da Volkswagen do Brasil no período recente (SILVA, 2018). Esse é um assunto trabalhado também pelos sindicalistas, pesquisadores e militantes associados ao "Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas" (IIEP), órgão que busca o aprofundamento do conhecimento sobre a cooperação das empresas com a ditadura, em particular no que concerne ao suporte às medidas de terrorismo de Estado, e sua reparação pela via judicial.

Por fim, deve-se destacar que existem vários autores que atuam no campo da história do trabalho, focando o período da ditadura. Problematizando questões como movimento operário, sindicatos e relação com a ditadura, essas pesquisas dialogam e complementam as que versam sobre o empresariado. Muitas vezes são construídas

pontes entre esses campos de estudos e cenários são reconstruídos a partir da combinação desses esforços. Assim, dentre os vários autores que se dedicam ao tema, merece destaque a pesquisa conduzida recentemente por Larissa Corrêa sobre as relações entre sindicatos brasileiros e norte-americanos durante o período da ditadura (2017).

Como se vê, recentemente, os estudos sobre a atuação empresarial na ditadura brasileira têm se multiplicado, particularmente no campo da História. São novas pesquisas que abordam o empresariado em suas diferentes frações, acomodações em organizações de classe e ação política no período. Essas pesquisas possibilitam uma nova síntese sobre a questão, mais rica do que a perspectiva que se tinha antes sobre o assunto. Com esses trabalhos, pode-se perceber melhor como o empresariado brasileiro se comportou durante a ditadura, as nuances de seus diversos ramos em relação com o regime, formas de suporte à política de terrorismo de Estado e o favorecimento dos mesmos via políticas setoriais ou mais gerais. Com isso, entendemos que podemos perceber de maneira mais evidente o caráter de classe do regime e para quem servia a ditadura.

Não intentamos nessa parte do artigo dar conta de todas as pesquisas desenvolvidas acerca da temática empresariado e ditadura no Brasil. Queríamos apenas apontar algumas direções que têm sido trilhadas e alguns trabalhos de destaque que têm sido realizados. Vários outros se dedicam ao assunto e muitos mais se aproximam da temática, sem problematizar especificamente a interface dos empresários com o regime.

De modo a ilustrar com um estudo de caso a ação empresarial durante a ditadura brasileira, problematizaremos na última seção do artigo a atuação dos empreiteiros de obras públicas no regime civil-militar, a partir da pesquisa que desenvolvemos em nossa tese de doutorado (CAMPOS, 2014).

Empresariado e ditadura no Brasil - o caso dos empreiteiros de obras públicas:

Os empreiteiros de obras públicas constituem um exemplo interessante de empresários que apoiaram o golpe de Estado de 1964, deram suporte ao regime e foram altamente favorecidos pelas políticas estatais implementadas no período, bem como por ações direcionadas ao setor e a algumas empresas. As empreiteiras são

empresas de engenharia que se dedicam a obras de infra-estrutura, do ramo conhecido como indústria da construção pesada, responsável por empreendimentos como rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas, termelétricas, oleodutos, viadutos, pontes, túneis, metrô, dentre outras obras similares.

As empreiteiras brasileiras de grande porte durante a ditadura têm origens que remontam aos anos 1930, 1940 e 1950, quando a economia brasileira viveu um processo de intenso crescimento, baseado na acumulação no eixo urbano-industrial. Nesse período foram fundadas empresas privadas nacionais de engenharia para realizar obras de infra-estrutura, demandadas principalmente por agências do aparelho de Estado. Antes disso, as obras de grande porte realizadas no país eram contratadas sobretudo por empresas estrangeiras que prestavam serviços públicos, e eram realizadas também por companhias de fora do país, que dominavam a tecnologia desses empreendimentos (CHAVES, 1985; ALMEIDA, 1983).

Essas empresas brasileiras que vieram à tona no período varguista tinham padrão de controle familiar e capital predominantemente brasileiro. Além disso, eram firmas que nasciam geralmente de vínculos e inserções de seus controladores com grupos políticos dirigentes locais e regionais. Assim, a título de exemplo, os fundadores da paulista Camargo Corrêa eram Sebastião Camargo - acionista principal que depois controlaria a empresa - e Sylvio Brand Corrêa. Este último vinha a ser no ato de fundação da empresa, em 1938, justamente o cunhado do interventor no estado de São Paulo, Adhemar de Barros. Esse vínculo familiar inicial da empresa com o grupo dirigente paulista parece ter sido relevante para a ascensão da companhia, que tinha suas ações originalmente concentradas no estado de São Paulo e que, depois, foi a maior empreiteira brasileira durante todo o período da ditadura (QUINTELLA, 2008; CAMPOS, 2012).

Esses empresários desenvolviam uma atuação de cunho individual junto às agências do aparelho de Estado, na forma dos contatos e inserção particularizada junto às autarquias, estatais, órgãos contratadores de obras e atores centrais no processo decisório. No entanto, eles também desenvolviam uma atuação combinada e conjunta. Isso se dava a partir de suas associações e sindicatos. Esses empresários se organizaram em aparelhos da sociedade civil, como no caso do Clube de Engenharia, fundado em 1880 no Rio de Janeiro. Com o desenvolvimento e a complexificação do

setor, eles passaram a ter órgãos específicos empresariais, como a Associação da Indústria da Construção Civil, criada no Rio em 1919 e que depois daria lugar ao Sinduscon-Rio (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro). Apesar de comportar empreiteiros de obras públicas, o órgão era dominado por empresários do ramo imobiliário urbano. Foi só em 1947 que surgiu o primeiro organismo exclusivo de empreiteiros de obras públicas. Trata-se da Apeop (Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas), que reunia empresários do setor e tinha atuação exclusiva no estado de São Paulo (CAMPOS, 2014).

Nas décadas de 1930 e 1940 essas empresas tinham atividades de cunho predominantemente local e regional. Com a criação do Fundo Rodoviário Nacional, em 1945, criou-se um conjunto de recursos que passou a ser direcionado para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e Departamentos de Estradas de Rodagens (DER's) estaduais. Esses se tornaram alvos principais de ação política desses empresários, tendo em vista que, desde então, as empreiteiras brasileiras se especializariam em obras rodoviárias. Esse mercado descentralizado e pulverizado sofreu profunda modificação no governo Kubitschek (1956-1961). Com as obras previstas no Plano de Metas e construção da nova capital federal, houve de fato o advento de um mercado nacional de obras públicas. Esse foi o momento no qual algumas empreiteiras deixaram de ser predominantemente atuantes em seu estado para desenvolverem atividades em diferentes regiões do território. Algumas empreiteiras brasileiras ganharam projeção nacional e, além disso, passaram a se aproximar umas das outras, dada a convivência nos canteiros das obras de Brasília e nas grandes rodovias feitas nesse período (FERRAZ Filho, 1981; CAMPOS, 2014).

Assim, foi justamente no período JK que vieram à tona as primeiras entidades nacionais de empreiteiras. A mais marcante delas é o Sinicon (Sindicato Nacional da Construção Pesada), fundada no Rio de Janeiro no ano de 1959. Composta por empresários do setor, que tinham atuação prioritariamente junto ao DNER, essa entidade abrigava uma série de funções e sentidos. Em primeiro lugar, tal como várias associações empresariais que vieram à tona no período, trata-se de um organismo que nasce por um lado como fruto do desenvolvimento das atividades do setor, porém, por outro lado, como reação à própria organização e mobilização desenvolvida pelos operários da construção civil. Assim, o Sinicon tinha a função de negociar com os sindicatos de trabalhadores do segmento da construção pesada e

pautava suas ações no sentido de minorar os ganhos salariais e impedir a conquista de direitos pelos operários (SINICON, 1959; CAMPOS, 2014).

Além disso, os empresários organizados no Sinicon atuavam de modo a acertar a atuação das empresas em determinadas obras e concorrências. Dessa forma, há vários indícios que sinalizam que o sindicato desenvolvia práticas cartelistas em certas licitações encomendadas por órgãos públicos, com acertos prévios em relação aos lances nas concorrências, valores e divisão dos trabalhos na obra (SINICON, 1984; CAMPOS, 2014).

Por fim, essas companhias usavam o sindicato também como um instrumento político para a atuação coletiva desses agentes junto ao aparelho de Estado. Assim, uma das funções desenvolvidas pelo Sinicon, segundo várias situações que verificamos, diz respeito a uma posição de tentar influenciar a agenda pública, atuando para pautar as ações estatais e interferir na agenda do Estado, de modo a majorar o orçamento dos investimentos públicos em infra-estrutura e elaborando e inscrevendo projetos de obras a serem tocadas pelas agências governamentais (SINICON, 1984; CAMPOS, 2014).

Para além dessas três funções primordiais dos aparelhos da sociedade civil dos empreiteiros - atuar coletivamente ante os trabalhadores, dividir os serviços das obras públicas entre si e pautar as políticas estatais -, o Sinicon também cumpria uma função política relevante. Assim, em momentos fundamentais da história nacional ele se posicionou e, apesar de não necessariamente se expor publicamente, o sindicato teve um papel não menor em alguns episódios. Assim, o primeiro presidente do Sinicon, com mandato entre 1960 e 1962, foi o empreiteiro carioca Haroldo Poland, dono da companhia Metropolitana. Esse empresário veio a ser um ator fundamental dentro do Ipes, um dos organismos que teve um papel central no golpe de 1964. Poland levou o sindicato a se engajar nas campanhas do Ipes e direcionou outros empresários do Sinicon a contribuírem financeiramente e com as atividades do instituto. Poland chegou a presidir o Ipes e na noite do dia 31 de março, saiu armado de casa e foi até a residência do jornalista David Nasser. De lá, com uma série de telefonemas, participou ativamente das ações civis-militares que levaram à queda da democracia brasileira e do governo João Goulart. Poland era um dos civis mais próximos do então coronel Golbery do Couto e Silva, oficial fundamental no Ipes e no processo do golpe (CARVALHO, 2001; SINICON, 2004; CAMPOS, 2014).

Assim, alguns empreiteiros de obras públicas tiveram ação fundamental em 1964 e o próprio sindicato que representava o setor se mobilizou e participou da ação. No entanto, o suporte desses empresários não se restringiria ao golpe. Ao longo dos mais de 20 anos de regime autoritário, os empreiteiros de obras públicas costumeiramente demonstravam apoio à ditadura e suporte às políticas e medidas conduzidas. Assim, analisando a publicidade realizada em várias edições da revista *O Empreiteiro*, periódico que acompanhava as atividades do setor de obras públicas e que trazia matérias sobre obras e o mercado, verificamos várias propagandas de empreiteiras e outras empresas que atuavam no setor de obras públicas - como fabricantes de máquinas para a construção civil, dentre outras - com forte apoio ao regime e aos militares. Havia peças publicitárias que faziam referência aos lemas e à propaganda oficial da ditadura, dentre outras mensagens laudatórias aos governos e ao "desenvolvimentismo" posto em prática no período (O EMPREITEIRO; CAMPOS, 2014).

Porém, o apoio ao regime não se verificaria apenas na publicidade das empresas. Em muitas ocasiões, esses empresários fizeram uma espécie de "serviço sujo" para a ditadura. Um primeiro caso diz respeito à política do regime em direção à imprensa. Como se sabe, com a exceção quase exclusiva do *Última Hora*, boa parte dos grandes jornais do período apoiou o golpe de 1964. Porém, com o acirramento do regime e prolongamento para além do que alguns previam - para além dos arbítrios, tortura e outras violações cometidas já desde 1964 -, alguns grandes periódicos passaram a desenvolver uma postura crítica e até de oposição ao regime. Assim, o *Correio da Manhã* passou a fazer várias matérias atacando o governo e suas ações. Esse e o *Última Hora* passaram a se tornar alvos da censura governamental e também da coerção moral de agentes do governo sobre os seus anunciantes. Após amargar dificuldades financeiras, um grupo de empreiteiros de obras públicas do Rio de Janeiro, vinculados ao Sinicon e próximos do comando da ditadura, fez ofertas e comprou esses dois jornais diários. Eram alguns dos maiores impressos do Brasil no período e esses empresários se dispuseram a fazer esse "trabalho sujo", calando essas vozes críticas em relação ao regime (ANDRADE, 1991; WAINER, 1988; CAMPOS, 2014).

Por fim, uma última forma de apoio explícito dos empreiteiros de obras públicas à ditadura se expressou na participação de alguns desses empresários na

Operação Bandeirantes. Essa foi uma iniciativa do aparato de repressão do regime formado no final dos anos 1960 e que contou com o apoio explícito de donos de empresas de São Paulo. Grupos como o Ultra, a Ultragás, a Folha de S. Paulo e a empreiteira Camargo Corrêa foram alguns dos que contribuíam para a Oban, que perseguia, prendia, torturava e assassinava integrantes da resistência armada à ditadura. Sebastião Camargo, dono da empreiteira Camargo Corrêa, chegou a ser cogitado como um dos alvos da ação de "justiçamento" da Ação Libertadora Nacional (ALN) por seu apoio à operação. O empresário, quando soube, mandou seus familiares para o exterior e passou a andar com várias seguranças particulares. Os integrantes da esquerda armada acabaram assassinando o diretor da Ultragás, Henning Boilesen (MELO, 2012; GASPARI, 2002; BANDEIRA, 1975; CAMPOS, 2014).

Por todo esse apoio ao golpe e ao regime, os empreiteiros foram altamente beneficiados pelas políticas estatais implementadas ao longo da ditadura. Não à toa essas empresas cresceram extraordinariamente no período, com os maciços investimentos públicos realizados na década de 1970, o período de maior quantidade de obras públicas da história brasileira, com grandes empreendimentos tocados nos períodos do chamado "milagre" econômico e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), durante o governo Geisel (1974-1979). Esse foi um período no qual o mercado de obras públicas no país ficou cativo para as empresas nacionais. Isso ocorreu porque após a campanha "em defesa da engenharia brasileira", tocada pelos empresários do setor e contrária à política do governo Castelo Branco (1964-1967) de privilegiar a contratação de empresas estrangeiras para realização de projetos e obras de infra-estrutura, o governo Costa e Silva (1967-1969) instituiu a reserva de mercado no setor de obras públicas no país. Através de um decreto-lei expedido pelo ditador em abril de 1969, com o Congresso nacional fechado após o Ato Institucional número 5, o governo definia que todas obras contratadas por agências governamentais, seja em nível municipal, estadual ou federal, ou por empresas estatais, deveriam ser feitas exclusivamente junto a empresas brasileiras, de capital nacional, registradas e com sede no país. Essa medida constituía uma demanda dos empresários do setor e veio a beneficiar os empreiteiros e suas articulações cartelistas no mercado de obras públicas, garantindo a eles o período mais próspero da história

brasileira dos investimentos no setor de infra-estrutura (CAMARGOS, 1993; CAMPOS, 2014).

Assim, o processo de escalada autoritária do regime vinha de encontro ao interesse do empresariado e dos empreiteiros em particular. O mesmo ocorreu na gestão do orçamento. Com a repressão aos movimentos sociais, a cassação de mandatos de deputados de esquerda e de oposição, bem como o amordaçamento da imprensa e dos pleitos populares, os gastos públicos em áreas de impacto social foram se reduzindo ano após ano. A Constituição imposta no interior da ditadura, no ano de 1967, desobrigava os mínimos constitucionais de gastos nas áreas de Saúde e Educação. O efeito da medida foi a redução proporcional paulatina do orçamento do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e do Ministério da Saúde. Assim, os gastos em Educação perfaziam um total de 10,5% do Orçamento Geral da União do ano de 1965. Dez anos depois, em 1975, o orçamento do MEC equivalia a apenas 4,3% do orçamento geral federal. Na área da Saúde a redução foi ainda mais sensível. De um gasto total de 4,3% do orçamento da União no ano de 1966, o orçamento do Ministério da Saúde passou a apenas 0,99% no ano de 1974 (FONSECA, 1993; JORGE, 1987; CAMPOS, 2014).

Todo esse recurso subtraído das áreas sociais tinha endereço certo no orçamento. Foram reforçados os gastos dos ministérios relacionados aos investimentos. Assim, lideravam o orçamento federal as verbas sob o controle do Ministério dos Transportes e do Ministério de Minas e Energia. Eram justamente as áreas de atuação das empreiteiras, na forma principal de inversões para a realização de obras rodoviárias e empreendimentos na área de eletricidade, com ênfase na construção de grandes usinas hidrelétricas, privilegiadas no período. Também eram generosos no período os orçamentos dos ministérios militares, com os projetos de reequipamento das forças armadas. Há de se levar em conta também que com a reformulação do sistema de impostos previsto no Paeg, houve elevação substantiva da carga tributária e a gestão de Delfim Neto cortou gastos com o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM), reduzindo também os gastos em custeio e elevando os investimentos (GASPARI, 2002; CAMPOS, 2014). Ou melhor, as políticas adotadas correspondiam aos interesses dos empresários que atuavam na realização de obras de infra-estrutura.

Para além do orçamento direcionado para as suas áreas de atuação e a reserva de mercado, os empreiteiros foram agraciados no período com fartos financiamentos públicos, a partir da captação de crédito internacional - extremamente farto, principalmente no período inicial da ditadura e que levou à elevação drástica do endividamento do Estado brasileiro. Havia linhas de crédito para os empreiteiros via BNDE e outros bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, os bancos estaduais e o Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão criado em 1964 e que ajudou a impulsionar as atividades das construtoras dos ramos de infra-estrutura e do mercado imobiliário urbano. Foram dadas também seguidas isenções fiscais para as empreiteiras, com renúncias de tributos como o Imposto de Renda, o ISS e outras fontes de arrecadação (FONTES, 1986; CAMPOS, 2014).

Porém, o favorecimento dos empresários não se deu exclusivamente com as políticas que lhe eram diretamente direcionadas. Pelo contrário, as diretrizes adotadas em relação aos trabalhadores incorreram em benefícios às empresas, suas atividades e margens de lucro. Assim, logo após o golpe, houve a aplicação de uma intensa política de repressão aos sindicatos, às greves e às mobilizações dos trabalhadores. Centrais sindicais foram fechadas e sindicatos do setor de construção civil sofreram intervenção, com prisão de lideranças e espionagem das suas atividades. Essa política era altamente benéfica para os empresários da construção pesada, que tiveram, antes do golpe de 1964, que lidar com constantes greves e uma classe trabalhadora organizada e aguerrida (SINGER, 1978; CAMPOS, 2014).

A política salarial do regime também favoreceu de forma bastante significativa as atividades dos empreiteiros de obras públicas e de outros empresários. O governo pós-golpe proibiu aumentos salariais em período inferior a um ano, liberou os preços dos produtos tabelados e aplicou a política do chamado "arrocho" salarial. Com ela, os salários foram contidos e os reajustes anuais foram inferiores à inflação entre 1964 e 1974. Isso levou a uma perda de 41% do valor real do salário mínimo nesse período. O salário mínimo correspondia ao índice de remuneração básica da economia no período e era particularmente aplicado na remuneração dos operários da construção civil. Assim, essa política incorreu em redução dos custos para os empresários, que puderam, com isso, praticar margens de lucro mais elevadas. As empreiteiras eram grandes empregadoras de mão-de-obra no período. Empresas como Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez e Odebrecht mantinham dezenas de milhares de

operários em seus canteiros de obras. Assim, uma redução real do valor dos salários dos trabalhadores representava uma fonte extraordinária de ganho para a empresa (OLIVEIRA, 1972; CAMPOS, 2014).

Por fim, uma última política, particularmente perversa, direcionada aos trabalhadores e que representou um favorecimento dos empresários foi a forma relapsa como os mecanismos de fiscalização da ditadura lidaram com a segurança no ambiente de trabalho e com os acidentes envolvendo operários. O governo pouco ou nada reprimiu as empresas que não usavam os itens de segurança e houve uma disparada dos acidentes de trabalho no período. A construção civil liderava as estatísticas nacionais e o Brasil se tornou recordista mundial em acidentes de trabalho, inclusive com mortes. Segundo as estatísticas oficiais, a quantidade de trabalhadores mortos em acidentes no ofício na década de 1970 chegava a 8.000 anuais (KLAUSMEYER, 1988; CAMPOS, 2014).

Em vias de conclusão:

Vimos nesse artigo como em vários países a questão da relação do empresariado com as ditaduras vividas tem sido tratada pelos pesquisadores e por agentes que demandam reparação. Vimos que no Brasil os estudos têm se avolumado nos últimos anos, principalmente os conduzidos por historiadores, em virtude do contexto criado pela instalação das comissões da verdade. Por fim, abordamos a atuação do empresariado durante a ditadura brasileira, analisando especificamente o caso dos empreiteiros de obras públicas, agentes que deram farto suporte ao golpe e à ditadura e foram intensamente beneficiados pelas políticas estatais no período.

Apesar dos avanços recentes, nosso entendimento é que há ainda muito por caminhar. Mesmo com a análise setorial e o desbravamento de ramos antes não visitados, seguem existindo muitas áreas ainda pouco ou nada visitadas por pesquisadores, como o setor automotivo e nichos do empresariado rural e urbano, além de empresas estatais e outros setores. Precisamos também amadurecer as reflexões acerca das diversas possibilidades de políticas de reparação, refletindo em como lidar com empresas que cooperaram com a ditadura, com os seus mecanismos de terrorismo de Estado e que se favoreceram com as políticas e medidas implementadas naquele período. Com essas pesquisas e reflexões poderemos avançar na compreensão do conteúdo social e do caráter de classe do regime inaugurado com

o golpe de 1964 e também com o desenvolvimento sobre as melhores formas de lidar com a reparação envolvendo as empresas. Dessa forma, poderemos equacionar questões não-resolvidas e prover soluções para que não tenhamos nunca mais outros regimes de exceção com colaboração empresarial na história brasileira.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de (org.). *Estudo sobre Construção Pesada no Brasil*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1983.
- ANDRADE, Jefferson Ribeiro de. *Um Jornal Assassino: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- ARÊAS, João Braga. *As Batalhas de O Globo: ditadura militar, Lula x Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002*. Curitiba: Prismas, 2015.
- ASSIS, Denise. *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe: 1962-1964*. Rio de Janeiro: Mauad / Faperj, 2001.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- BLACK, Edwin. *A IBM e o Holocausto: a aliança estratégica entre a Alemanha nazista e a mais poderosa empresa americana*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya*. Montevideo: Penguin Random House, 2016
- BOSCHI, Renato Raul; CERQUEIRA, Eli Diniz. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. *Estado e Empreiteiros no Brasil: uma análise setorial*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 1993.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *"Estranhas Catedrais": as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.
- CARVALHO, Julio Cesar Pereira de. "Empresariado, Estado e o processo de internacionalização da Petrobras durante a ditadura civil-militar (1964-1988)". Artigo no prelo. Seropédica: UFRRJ, 2018.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. 2ª ed. São Paulo: EdSENAC-SP, 2001 [1999].
- CHAVES, Marilena. *Indústria da Construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. Dissertação de Mestrado em Economia Industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que Eu Voltei Americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas: Edunicamp, 2017.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo, 1974-1977*. Campinas / São Paulo: EdUnicamp / Fapesp, 1995.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

EL PAÍS. "Volkswagen admite laços com a ditadura militar, mas falha ao não detalhar participação, diz pesquisador". Reportagem disponível no endereço https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/15/politica/1513361742_096853.html acesso em 27 de janeiro de 2018.

FERRAZ Filho, Galeno Tinoco. *A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira*. Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1981.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

FONTES, Virgínia. *Rupturas e Continuidades na Política Habitacional Brasileira, 1920-79*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 1986.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JORGE, Wilson Edson. *A Política Nacional de Saneamento Pós-64*. Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 1987.

KLAUSMEYER, Maria Luiza Cristofaro. *O Peão e o Acidente de Trabalho na Construção Civil no Rio de Janeiro: elementos para uma avaliação do papel da educação nas classes trabalhadoras*. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

LANDES, David S. *Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 [2006].

LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. "O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-64". In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes (org.). *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018 - no prelo.

LOUREIRO, Felipe Pereira. "O empresariado paulista e o governo Castelo Branco (1964-1967): notas sobre a montagem da ditadura militar no Brasil". In: *Anais do Seminário Nacional Dimensões do Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política*. Rio de Janeiro: UFRRJ/Uerj, 2017.

MELO, Demian Bezerra de. "Civis que colaboraram com a ditadura". In: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Vol. II. Brasília: CNV, 2014, p. 303-328.

MELO, Jorge José de. *Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Classe Dominante Agrária: natureza e comportamento, 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / Anpocs, 1988.

MORAES, Rafael. "O governo Castello Branco e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: as bases do 'milagre' (1964-1967)". In: *América Latina en la Historia Económica*. Vol. 23, no 2, maio-agosto de 2016. México: Unam, 2016, p. 64-90.

O EMPREITEIRO. São Paulo: Pini, 1968-1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Crítica da Razão Dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972/2003].

PADRÓS, Enrique Serra *et alii* (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. "Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro". In: *Contexto Internacional*. Vol. 29, nº 2, julho/dezembro de 2007, p. 393-421.

POÇAS, Bernardo Galheiro. *1964-1979: a luta pela hegemonia na petroquímica brasileira*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2013.

QUINTELLA, Wilson. *Memórias do Brasil Grande: a história das maiores obras do país dos homens que as fizeram*. São Paulo: Saraiva / Vigília, 2008.

RAMÍREZ, Hernan. *Corporaciones en el Poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina; IPES, FIEL y Fundación Mediterránea*. San Isidoro: Lenguaje Claro, 2007.

SILVA, Flávia Ferreira da. "Breves notas sobre a internacionalização da Petrobrás (1971-1979)". In: *Anais da 5ª Conferência Internacional de História Econômica e VII Encontro de Pós-Graduação de História de Empresas*. Niterói: ABPHE, 2014.

SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. *Estudos Organizacionais e Ditadura Brasileira: a normalização da violação dos direitos humanos por empresas durante o regime militar brasileiro*. Tese de doutorado em Administração. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018 - no prelo.

SINGER, Paul Israel. *A Crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1977].

SINICON (Sindicato Nacional da Construção Pesada). *Ata da Reunião de Fundação do Sinicon*. 10 de março de 1959.

SINICON. *Estatuto Social e Regulamento Eleitoral*. Rio de Janeiro: Sinicon, 2004.

SINICON. *Informe Sinicon*. Rio de Janeiro: Sinicon, 1984.

SPOHR, Martina. *American Way of Business: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1988 [1987].

WINN, Peter (org.). *Victims of the Chilean Miracle: workers and neoliberalism in the Pinochet Era, 1973-2002*. Durham: Duke University Press, 2004.

Pedro Henrique Pedreira Campos: Professor do Departamento de História e Relações Internacionais da UFRRJ. Doutor, Mestre e Graduado em História pela UFF. Este artigo é derivado de uma pesquisa que contou com o auxílio do CNPq e Faperj. E-mail: phpcampos@yahoo.com.br

Artigo recebido para publicação em: Fevereiro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Março de 2018.

Como citar:

CAMPOS. Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e ditadura no Brasil: o Estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas. **Revista Transversos**. “Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência”. Rio de Janeiro, n.º. 12, pp. 335-358, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.33710

